



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade

B-2

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2015

CIDADES

Desastre ecológico: mancha do Velho Chico preocupa SE

Comitê da Bacia Hidrográfica alerta para urgência de ações e conter avanço

Paulo Roemberg
DA EQUIPE JC

As opiniões são uníssonas. A decomposição de algas que fez surgir uma grande mancha é um dos maiores desastres ecológicos ocorridos no Rio São Francisco. O assunto foi um dos temas da reunião ordinária da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Baixo São Francisco, integrante da estrutura do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), ocorrida ontem, na Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (MP/SE).

“A situação é gravíssima. Considero que é um dos maiores desastres ecológicos do Rio São Francisco”, disse o professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e integrante do Comitê, Antenor Aguiar. Segundo ele, o pior pode estar por vir em caso de falta de ações. “A sucessão desse fato ainda será pior caso não ocorram ações efetivas”, previu.

A promotora de Justiça Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa, diretora do Centro de Apoio ao São Francisco e Nascentes do Ministério Público Estadual (MPE), também se mostrou preocupada com o avanço da mancha. Um laudo elaborado pela Universidade Federal de Alagoas



Jadilson Simões

REUNIÃO discute situação grave que o avanço da mancha provoca

(UFAL) mostra que a mancha já chegou no ponto 10, na área de Usina Hidrelétrica de Xingó. “Nos causou preocupação, o que significa que chegou no ponto de captação de água de Sergipe”, avaliou.

O surgimento da mancha já resultou em uma ação civil pública impetrada por quatro Promotorias de Justiça, alavancadas pelo Centro de Apoio ao Rio São Francisco. “Ajuizamos uma ação civil pública com vários pleitos liminares em face da Deso e do Estado de Sergipe visando monitorar a mancha, tanto no local onde ela se encontra quanto nos pontos de captação de Sergipe para prevenir danos, para que essa mancha não chegue em

águas sergipanas”, explicou a promotora.

Um imbróglio jurídico acabou atrasando ainda mais os pleitos do MPE. “Se ajuizou a ação no Foro de Aracaju e gostaríamos que a liminar fosse analisada logo, urgente. Até porque as algas são altamente tóxicas e causou a suspensão de abastecimento de água em nove cidades de Alagoas. A 3ª Vara Cível entendeu e remeteu o processo à Vara Judicial em Canindé de São Francisco. Na nossa opinião, de forma equivocada, porque a lei diz que o dano é regional, como é o caso, porque isso atinge não somente a cidade de Canindé, mas outros 16 municípios de Sergipe”, explicou. O Rio São Francisco é

responsável por 70% do abastecimento de água em Aracaju.

O MPE recorreu da decisão da 3ª Vara Cível e o pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe reconheceu que a competência é do Foro de Aracaju e não da Vara em Canindé. “Estamos aguardando a análise urgente dessas liminares para que o monitoramento comece a ocorrer e se tenha a dimensão de como está a situação nas águas sergipanas”, disse a Allana Rachel.

Cobertura vegetal

Outro ponto discutido na reunião do Comitê foi o projeto “Nascente do São Francisco”, que visa o reflorestamento de áreas degradadas. “Idealizamos esse projeto visando haver uma cobertura vegetal das nascentes de margens de rio. Estamos começando pelo Baixo São Francisco pela importância que o rio tem. O projeto piloto é em Canindé de São Francisco e queremos ter o apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco”, afirmou a promotora de Justiça.

Um estudo realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) apontou um dado preocupante: em Sergipe existe uma cobertura vegetal de apenas 13%. “Espero que tenha sucesso e avance em outras áreas do Estado”, finalizou.